

Os operários corticeiros em Sines - II

Terminámos o último artigo com os problemas sociais em Sines no início da segunda década do século XX. A situação não melhora nos anos seguintes, especialmente devido à eclosão da Grande Guerra. Face à perda dos mercados alemães e belgas, as industriais em Sines correm sérios riscos de encerrar, laborando por vezes quatro ou três dias por semana.

Em Setembro de 1914 o porto está quase paralisado com a retracção da exportação de cortiça (1). Alguns dos industriais, nomeadamente José Prats, catalão com residência em Hamburgo, vê a sua fábrica, com sessenta operários, ser encerrada em Maio de 1916, por ter continuado a exportar para a Alemanha (2). Para além disso, a crise das subsistências e o problema da carestia de vida dificulta ainda mais as condições de vida dos operários do sector.

Uma comissão de operários propõe então aos industriais e ao administrador do concelho o pedido de uma linha de crédito em que a cortiça já transformada servisse de garantia para que se pudesse receber salários equivalentes a quatro dias de trabalho semanais (3). Dois dias depois, em 11 de Setembro, intimam os industriais a reabrir as fábricas, entretanto encerradas, num prazo de três dias, “ *caso contrário a classe trabalhadora resolve tomar sobre os industriais a responsabilidade de determinados actos que por ventura possam suceder em virtude do seu propósito* (4)”. Dado que não encontramos mais referências a este problema, parece-nos que as reivindicações foram atendidas.

No entanto, em 10 de Setembro de 1917, os operários corticeiros entram de facto em greve durante um dia, vendo as suas reivindicações, que não conhecemos, atendidas, apesar da insistência de um emissário da União Operária Nacional no sentido da continuação da greve (5). De facto, a associação operária nacional havia decretado uma greve geral nacional a 8 de Setembro por motivo da crise de subsistências (6).

Nem sempre, contudo, operários e industriais estiveram de costas voltadas. Em Novembro de 1916 (7) e em Janeiro de 1918 (8) cinquenta operários da fábrica de preparação da cortiça em quadros de António Augusto Guerreiro (9) com o próprio, pedem a intervenção do administrador do concelho para manter a fábrica em funcionamento. Em 1916 dezoito sacas de cortiça em bruto compradas pelo industrial esperavam transporte na estação ferroviária de Ermidas para Sines, aguardando a chegada de vagões desde Junho. Dada a falta de matéria-prima, a fábrica foi obrigada a laborar durante apenas três dias por semana. Já em 1918 tratava-se de 800 sacas compradas em Garvão para serem remetidas através de Ermidas para Sines.

Assim, o sector corticeiro de Sines reduziu a sua actividade reivindicativa em 1918, ao contrário do movimento operário nacional. Parece antes intervir através de uma Liga Operária, como veremos. As suas preocupações, durante este ano, centrar-se-ão nos problemas dos abastecimentos, situação rapidamente alterada em 1919, quando regressa às greves (10).

A partir de 1918 a intervenção do sector corticeiro e do operariado em geral faz-se através da Liga Económica Operária Sineense (11), cujos membros estão ligados à secção corticeira.

A Liga, em contraposição com a Associação Comercial e Industrial, é uma organização de defesa dos consumidores face ao açambarcamento, à venda dos géneros acima das tabelas de preços e à qualidade dos géneros alimentares vendidos. As suas

propostas e reivindicações vão no sentido da intervenção das autoridades locais, nomeadamente da Câmara Municipal, do Administrador do Concelho e da Comissão das Subsistências (12).

Em Fevereiro de 1918 faz várias propostas à Comissão de Subsistências do concelho:

- No caso de não existirem trigo, milho e arroz suficientes para garantir o abastecimento do concelho até às próximas colheitas, propõe um “varejo” entre o excedente do consumo dos lavradores de Sines.
- Propõe o estabelecimento de um depósito de mercadorias por atacado que sirva de fornecedor aos retalhistas. Para isso seria necessário pedir uma linha de crédito aos grandes armazenistas de Lisboa para a compra de açúcar, sabão, petróleo, batatas, azeite, feijão e outros géneros. A Câmara Municipal seria a distribuidora e fixaria os preços conforme os custos das remessas. A criação do celeiro municipal, aberto possivelmente nos fins de Agosto de 1918, vem de encontro a esta reivindicação (13), bem como uma padaria municipal (14). Estes organismos, contudo, tiveram grandes dificuldades de funcionamento.
- Quanto ao fornecimento do pão às tripulações dos navios fundeados em Sines propõe um sistema de requisições assinadas pelos mestres dos mesmos em que se especificasse o número de tripulantes. A cada um seria fornecida uma ração diária de 600 gramas de pão. Os documentos seriam emitidos pela Administração do Concelho.
- A venda da farinha a retalho só poderia ser vendida quando a Câmara tivesse a certeza de que existia cereal panificável suficiente até à próxima colheita, sob o risco de açambarcamentos.
- Impedimento da saída da vila de cereais panificáveis e outros géneros (como o arroz e a cevada).

Em Março e Abril a Liga continua a desempenhar um papel relevante na denúncia da venda de géneros a preços excessivos, como o feijão verde (15), e, especialmente, na denúncia de casos de sonegação de géneros e contrabando. É o que acontece em Abril (16), quando José Guerreiro e o irmão esconderam sacas de farinha de trigo e fazem contrabando de toucinho, chouriço, linguiça e banha. Outro caso é o de Maria Isabel e Custódio Estêvão, os quais procuraram vender farinha para Setúbal.

As reivindicações da Liga Operária de Sines e até dos administradores locais não divergem das manifestadas pela União Operária Nacional no mesmo ano (17). Esta organização pede, entre outras medidas, a proibição da exportação de géneros alimentares; o aproveitamento dos transportes marítimos e ferroviários mobilizados pelo Estado; facilidades na importação de géneros alimentares, adubos e máquinas, a municipalização dos serviços de abastecimento. Contudo, a associação de Sines, cautelosa, não arrisca reivindicações de carácter social, como a liberdade de associação.

Em **síntese**, segundo Sandra Patrício (18), os movimentos sociais em Sines, com tradição desde os anos oitenta do século XIX, agitaram a vila no período da Grande Guerra. Destacaram-se os dois sectores mais numerosos e com maior capacidade de organização, os corticeiros e os marítimos. As suas reivindicações centravam-se no direito ao trabalho num período de crise industrial, no aumento dos salários e na questão das subsistências, crucial, na qual os primeiros procuraram intervir.

Entre 1910 e 1914, nos quatro anos anterior à Grande Guerra, o movimento fora, segundo João Madeira, “asperamente decepado após momentos de considerável fulgor” (19). De facto, é este o quadro que se ainda afigura no período em estudo, apesar das greves que conseguiram realizar. O saldo foi especialmente negativo para o sector dos marítimos, mas também os corticeiros vão estar anormalmente calmos durante 1918, o ano de Sidónio Pais. O movimento corticeiro parece apenas recobrar algum vigor em

1919, o que pode estar relacionado com o recurso mais frequente à força policial por parte dos administradores do concelho.

DOAÇÕES

O Arquivo Histórico recebeu mais uma doação de documentos, desta feita fotografias. A colecção foi oferecida pela Sra. Eugénia Amador, e diz respeito ao Cine Vasco da Gama e à vida quotidiana da vila nos anos 70.

Notas

- (1) Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício n.º 37 de 9 de Setembro de 1914, B/3C 1, AHMS.
- (2) Idem, ibidem, ofício 119 de 18 de Maio de 1916, B/3C 4, AHMS.
- (3) Idem, ofício 37 de 9 de Setembro de 1914, B/3C 1, AHMS.
- (4) Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício 39 de 11 de Setembro de 1914, B/3C 1, AHMS.
- (5) Idem, ofícios 447 de 9/9/1917 e 450 de 12/9/1917, B/3C 2, AHMS.
- (6) Portugal da Monarquia à Primeira República, vol. XI da Nova História de Portugal, dir. por A.H de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1990, p.224.
- (7) Idem, ofício 203 de 22 de Novembro de 1916, B/3C 5, AHMS.
- (8) Idem, ofício 6 de 10 de Janeiro de 1918, B/3C 5, AHMS.
- (9) Foi classificado como estabelecimento de 3ª classe dos estabelecimentos insalubres e perigosos. Situava-se em Sines, na Rua do Terreiro. Foi-lhe renovado o alvará de estabelecimento em 28 de Dezembro de 1916. Autos de Concessão de Alvarás de Estabelecimentos de 1917, A/2G 2, n.º 3.
- (10) A Folha de Sines, vide n.º 8 de 19 de Outubro e o n.º 10 de 15 de Novembro.
- (11) Subsistências do ano, documento 2, AG 4 1918, AHMS.
- (12) Subsistências do ano de 1917-18, documento 2 de 15 de Fevereiro de 1918, A/G 4.
- (13) Copiadores da correspondência do Administrador do Concelho de Sines para o Governador Civil de Lisboa, ofício n.º.123 de 31 de Agosto de 1918, B/3C 5, AHMS.
- (14) Idem, ofício n.º.92 de 9 de Julho de 1918, B/3C 5, AHMS.
- (15) Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Sines, documento 33, 8 de Março de 1918, AC 55, AHMS.
- (16) Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Sines, documento 42, 11 de Abril de 1918, AC 55, AHMS.
- (17) J. Fernandes Alves, “A Questão das Subsistências”, A Voz do Operário, 13 de Outubro de 1918, citado por José Pacheco Pereira, As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal, Porto, Editora Nova Crítica, 1976, 2ª edição, pp.113-116.
- (18) PATRÍCIO, Sandra – Movimentos Sociais em Sines e a questão dos abastecimentos durante a Grande Guerra: trabalho realizado no âmbito da cadeira de História Contemporânea de Portugal, orientado pelo Doutor Rui Cascão [documento policopiado]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Maio de 2004.
- (19) João Madeira, “Os Corticeiros...”, p.41.